

Procuradora pede apuração sobre abuso de poder

A procuradora regional eleitoral, Julieta Fajardo Cavalcanti Albuquerque, pediu ontem que o TRE investigue o abuso do poder de autoridades por parte do governador Joaquim Roriz em favor do candidato Valmir Campelo (PTB), na solenidade de entrega à Câmara Legislativa, da mensagem dos projetos de lei que doam 120 mil lotes a famílias carentes. No mesmo parecer, a procuradora desconsidera o pedido de sustação dos dois projetos por entender que a Justiça não deve interferir no Executivo e no Legislativo. O parecer de Julieta será apreciado pelo TRE.

O secretário de Comunicação do GDF, Wellington Moraes, destacou o equilíbrio da procuradora regional eleitoral ao conceder parecer dizendo que a Justiça não pode interferir na autonomia dos outros dois poderes. Na visão de Wellington, esta postura permitirá que a Câmara Legislativa avalie, na próxima semana, o projeto enviado pelo governador. "O Legislativo tem competência e saberá analisar de maneira correta projeto de tamanha importância para a comunidade mais carente", emendou.

Sobre o pedido de investigação, o secretário classificou como importante a preocupação da procuradora em pedir a averiguação de todos os aspectos eleitorais. "O que não pode acontecer é se confundir os atos administrativos do

governo com campanha política", ressaltou Wellington, ao salientar que Roriz tem pedido reiteradas vezes que os candidatos não compareçam às solenidades. "O que ele não pode fazer é impedir a presença de parlamentares, quando esses insistem em aparecer", disse. O secretário garantiu que nenhum convite parte do GDF. Wellington está convicto de que a Justiça saberá analisar estes fatos.

O parecer da procuradora foi solicitado pelo TRE em decorrência de uma representação impetrada pelo advogado Safe Carneiro pedindo que a Justiça suste a votação dos dois projetos. Carneiro considera que Roriz feriu as leis eleitorais em função do período pré-eleitoral e por ter anunciado o envio do projeto ao lado de Valmir. O advogado pede a inelegibilidade do governador e a cassação do registro do candidato ao GDF.

Julieta entende que a presença de Valmir na solenidade "é a maneira de pedir votos". De acordo com a procuradora, o pedido será analisado pelo corregedor eleitoral José Jerônimo Bezerra de Souza neste final de semana. Sobre a ilegalidade dos dois projetos argüida pelo advogado, Julieta disse que isto a Câmara Legislativa terá de apreciar durante a tramitação das matérias. O Judiciário, alegou ela, só poderá enviá-los quando virarem lei.